



MARQUIOLI, Stefany Reis \*

<https://orcid.org/0009-0007-7416-6870>

**RESUMO:** Este artigo analisa a escrita feminista na imprensa brasileira na segunda metade do século XIX, com foco no jornal *A Família* (1888-1897), fundado por Josephina Alvares de Azevedo. Tal periódico destacou-se como um espaço de resistência e articulação política, voltado principalmente à defesa da emancipação das mulheres. Para tanto, a metodologia consiste na revisão de literatura aliada à análise documental, com o objetivo de examinar como a imprensa feminista oitocentista contribuiu para a crítica de discursos e normas ancorados no patriarcado, que limitavam a atuação das mulheres na sociedade. Portanto, notou-se que o jornal *A Família* atuou como uma importante ferramenta em defesa do acesso feminino à educação, além de se posicionar a favor da causa abolicionista e do direito ao voto feminino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa feminista; Josephina Alvares de Azevedo; Emancipação feminina.

**ABSTRACT:** This article analyzes feminist writing in the Brazilian press during the second half of the 19th century, focusing on the newspaper *A Família* (1888-1897), founded by Josephina Alvares de Azevedo. This periodical stood out as a space for resistance and political articulation, mainly aimed at defending women's emancipation. To this end, the methodology consists of a literature review combined with document analysis, with the objective of examining how the 19th-century feminist press contributed to the critique of discourses and norms anchored in patriarchy that limited women's participation in society. Therefore, it was noted that the newspaper *A Família* acted as an important tool in defending women's access to education, in addition to positioning itself in favor of the abolitionist cause and women's suffrage.

**KEYWORDS:** Feminist press; Josephina Alvares de Azevedo; Women's emancipation.

---

\* Mestra em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (2024) e licenciada em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2021). Pós-graduada em Educação Inclusiva e Especial pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (2025). E-mail: [stefanymarquioli@gmail.com](mailto:stefanymarquioli@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

No Brasil, o surgimento dos periódicos de mulheres no século XIX esteve associado à reivindicação de direitos, como o acesso à educação, à profissão e ao sufrágio (Muzart, 2003). Nesse cenário, jornais foram usados como instrumentos de contestação das restrições impostas às mulheres e de enfrentamento ao silenciamento histórico a que foram submetidas, contribuindo para que suas vozes ecoassem nos espaços tradicionalmente reservados aos homens.

De acordo com Santos e Silva (2023), a imprensa, marcada pela diversidade de ideais políticos e pela intensa circulação da palavra pública, consolidou-se como o principal veículo de difusão da modernidade, das questões políticas e dos padrões culturais europeus, apesar de ter se desenvolvido de forma tardia no Império. Os autores ressaltam que, no Brasil, a elite, influenciada pela cultura europeia e pelos ideais de igualdade e liberdade, almejava o “progresso”, o que contribuiu para a multiplicação de jornais, especialmente a partir de 1822. Assim, a imprensa atuou como uma relevante ferramenta de circulação de ideias, consolidando-se como um espaço de engajamento político e social.

Em meados do século XIX, surgiram os primeiros jornais dirigidos por mulheres. No dia 1º de janeiro de 1852, Juana Paula Manso de Noronha (1819-1875), argentina exilada no Brasil, fundou o *Jornal das Senhoras*, manifestando sua posição em defesa da educação feminina. A redatora publicou diversos artigos aprofundados sobre a educação direcionada às mulheres, evidenciando o desejo por uma educação mais igualitária (Souto, 2022).

Nessa perspectiva, torna-se fundamental diferenciar duas categorias analíticas. Souto (2019) sustenta que imprensa feminina e feminista são termos que não podem ser considerados sinônimos. A historiadora resalta que a imprensa feminina se configura pelo público-alvo, constituído por mulheres. Por sua vez, a imprensa feminista caracteriza-se por ser fundada, dirigida e redigida por mulheres, apresentando um discurso voltado principalmente à defesa de pautas associadas aos direitos femininos. A autora ainda esclarece que utiliza o termo *feminismo* para se referir aos empreendimentos das jornalistas analisadas em sua pesquisa,

considerando o potencial emancipador de suas práticas, ainda que não houvesse movimentos feministas organizados no cenário brasileiro.

Na mesma direção, Duarte (2003, p. 152) compreende o *feminismo* em um sentido amplo, “[...] como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo”. A autora sublinha que é somente sob essa perspectiva que será possível valorizar os primeiros momentos desse movimento contra os preconceitos profundamente arraigados, “[...] e considerar aquelas mulheres, que se expuseram à incompreensão e à crítica, nossas primeiras e legítimas feministas” (Duarte, 2003, p. 152).

É importante destacar que, no Brasil, à medida que as mulheres passaram a reivindicar a construção de sua própria história, o jornalismo feminino passou a ser valorizado como objeto de estudo, sendo analisado em vários artigos, dissertações, teses e livros (Duarte, 2018). Dessa forma, Capelato (1988) ressalta a importância da imprensa como objeto de estudo, permitindo, por exemplo, analisar projetos e reivindicações de grupos minoritários.

Nesse sentido, este artigo apresenta uma reflexão sobre a relevância da imprensa feminista no Brasil na segunda metade do século XIX, com ênfase no jornal *A Família*, fundado por Josephina Alvares de Azevedo, que redigiu diversos artigos em defesa da emancipação feminina no país. Metodologicamente, trata-se de uma revisão de literatura aliada à análise documental, cuja seleção bibliográfica ocorreu a partir da leitura de textos relacionados ao tema, encontrados no Google Acadêmico, na SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES. Além disso, realizou-se pesquisa na Hemeroteca Digital Brasileira para acessar edições do jornal *A Família*. Para tanto, adota-se o conceito de gênero, proposto por Joan Scott (1995), como categoria analítica atravessada por relações de poder que rejeita explicações de cunho biológico, dialogando com autoras como Gerda Lerner (2019), Constância Lima Duarte (2018, 2025) e Bárbara Souto (2013, 2019, 2022).

## **GÊNERO, EDUCAÇÃO E IMPRENSA: ESCRITA DAS MULHERES NO SÉCULO XIX**

De acordo com Duarte (2025, p. 71), “a constatação de que a literatura, a imprensa e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, contribuiu para ampliar a investigação”. A autora argumenta que, com o acesso das primeiras mulheres ao letramento, elas passaram a se apropriar da leitura, conduzindo-as ao exercício da crítica e à escrita. Esse processo lhes deu consciência do lugar de exceção que ocupavam em uma sociedade em que a maioria das mulheres não tinha acesso ao letramento, o que colaborou para o surgimento de obras reflexivas e engajadas. Dito isso, a imprensa serviu como um espaço de expressão da escrita feminina, funcionando como local de articulação, resistência e difusão de ideias.

Segundo Duarte (2018, p. 20), “[...] à medida que se avança na história das mulheres contada pelos jornais, constata-se a força das estruturas limitadoras: Igreja, Estado, Família e Escola”. Tal concepção evidencia que a subordinação feminina esteve fortemente enraizada nas instituições sociais, que podem ser compreendidas como expressões de uma estrutura patriarcal. A partir da perspectiva de Lerner (2019), o patriarcado pode ser definido como um sistema estrutural que assegura a dominação masculina, apoiando-se em diversas instituições e mantendo-se em constante transformação ao longo da história.

Esse sistema é baseado em ideologias que defendem que as mulheres são naturalmente inferiores aos homens. Entretanto, Lerner (2019) acentua que isso não significa que as mulheres sejam completamente impotentes ou privadas de direitos, influências ou recursos. Nessa lógica, a autora enfatiza que uma das tarefas mais difíceis da História das Mulheres é identificar as diferentes formas pelas quais o sistema patriarcal se expressa historicamente, suas variações e suas estratégias de adaptações frente à pressão e às demandas das mulheres.

É nesse quadro que se consolidam discursos legitimadores da desigualdade. Segundo Almeida (2007, p. 2), “a construção da diferenciação entre os sexos e a reafirmação da ideia de inferioridade feminina encontraram um fértil terreno em fins do século XVIII”. Assim, a ideia de inferioridade feminina repercutiu nas práticas sociais e culturais, estruturando normas e estereótipos que delimitavam o lugar das mulheres na sociedade.

Nesse cenário, correntes de pensamento influenciaram fortemente intelectuais e políticos, marcando o campo educacional (Souto, 2013). As mulheres brancas de classes média e alta foram idealizadas como *rainha do lar* ou *anjo tutelar*, conforme os valores positivistas e burgueses, que delimitavam os comportamentos, os espaços sociais e as atividades consideradas adequadas ao gênero (Abrantes, 2006). De forma similar, Colling (2021) afirma que estereótipos de gênero e representações culturais, como *anjo do lar* e *perfeita esposa*, funcionam como dispositivos de controle social. A eficácia desse controle é evidente na exclusão educacional, já que, até 1870, o acesso às letras era negado à maioria das brasileiras, uma barreira erguida pelo patriarcado a fim de impedir que a instrução despertasse rupturas na ordem social estabelecida (Duarte, 2025).

Historicamente, a educação destinada às mulheres foi limitada pelas normas sociais de gênero, restrita a aprendizagens tidas como “apropriadas” à função doméstica, enquanto o acesso ao conhecimento formal era impedido ou dificultado (Perrot, 2019). Contudo, à medida que os movimentos sociais e feministas avançaram, a educação passou a ser um importante instrumento de autonomia, liberdade e emancipação feminina. Nessa perspectiva, Colling (2021) ressalta que o acesso das mulheres à educação representou uma longa batalha, marcada por resistências que temiam que a instrução destruísse a feminilidade e as afastasse de sua principal função: o cuidado com o lar e a maternidade. Para superar essa concepção, os movimentos de mulheres, a imprensa e as associações articulavam a luta entre o acesso à educação igualitária e o direito ao voto.

Conforme destaca Perrot (2019), historicamente o saber foi considerado contrário à feminilidade, o que revela um dos pilares ideológicos que sustentaram a exclusão histórica das mulheres do campo educacional. Essa concepção fundamenta-se na construção social de uma oposição entre razão e feminilidade, na qual o conhecimento é tradicionalmente associado ao universo masculino e relega as mulheres às funções domésticas. Nesse contexto, Scott (1995) argumenta que o gênero constitui uma categoria analítica atravessada por relações de poder historicamente estruturadas, que produzem e legitimam desigualdades.

É nesse cenário de exclusão que a escrita feminista emerge como uma prática política de resistência e contestação à estrutura patriarcal, articulando, segundo

Santos e Feitosa (2024), demandas sociais e políticas de grupos minoritários. Ao desafiar as normas que historicamente marginalizaram suas vozes na escrita e na esfera intelectual, a produção das mulheres visibiliza experiências e subjetividades por séculos silenciadas. Dessa maneira, o exercício da escrita foi uma ferramenta que questionava as relações de poder que limitavam a participação feminina na esfera pública e no campo educacional.

Entre os periódicos oitocentistas, destaca-se *O Jornal das Senhoras* (1852–1855), criado por Joanna Paula Manso de Noronha (1819-1875), considerado um dos pioneiros com essa iniciativa. Segundo Souto (2022, p. 187), o periódico veiculou “[...] amplas e diversificadas reflexões que abrangiam moda, política, arte e literatura”. De modo semelhante, o jornal *O Sexo Feminino* (1873–1889), fundado por Francisca Senhorinha da Motta Diniz (1834-1910), defendeu a emancipação feminina, reivindicando o direito das mulheres à educação, ao trabalho e à participação política. Desse modo, tais jornais mostram o papel da imprensa como instrumento essencial na luta pela emancipação das mulheres no país.

Além disso, o jornal *A Família* (1888-1897), fundado por Josephina Alvares de Azevedo (1851-1913), foi um relevante veículo da imprensa feminista. Dedicado à defesa da educação e da atuação intelectual das mulheres, o jornal evidencia como a imprensa dirigida por mulheres não se limitou à reprodução de papéis tradicionais de gênero, mas os transformou em táticas de luta em prol da emancipação feminina. O periódico também publicou posicionamentos em prol da abolição da escravidão, defendidos por Josephina e algumas de suas colaboradoras (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 1).

Portanto, nota-se que os escritos feministas do século XIX foram uma prática de resistência, desafiando barreiras que limitaram o acesso das mulheres à educação, à produção intelectual e à esfera pública. Tais periódicos veiculavam discursos em prol da emancipação feminina, ao questionar discursos científicos e morais que naturalizavam a suposta inferioridade das mulheres. Assim, jornais como *O Jornal das Senhoras*, *O Sexo Feminino* e *A Família* lutaram pela ampliação das possibilidades de atuação feminina na esfera pública ao defenderem a educação, a autonomia intelectual e a cidadania das mulheres.

## JOSEPHINA ALVARES DE AZEVEDO E O JORNAL *A FAMÍLIA*: LUTA PELA EMANCIPAÇÃO FEMININA

Na segunda metade do século XIX, Josephina Alvares de Azevedo destacou-se por sua atuação em defesa da educação das mulheres. Em 1888, fundou, em São Paulo, o jornal *A Família*, que foi instrumento de mobilização e reflexão voltado à emancipação feminina<sup>1</sup>, orientado pelos princípios da igualdade e da liberdade (Souto, 2019). No ano seguinte, passou a ser publicado no Rio de Janeiro, a fim de ampliar sua visibilidade, mantendo-se em circulação até 1897 (Pimenta; Wainberg, 2019). Ao longo de sua trajetória, Josephina desenvolveu uma importante atuação feminista, na qual denunciava as diferentes formas de opressão impostas às mulheres e criticava a exclusão feminina de direitos. Em suas reivindicações, destacavam-se as barreiras ao ensino superior, ao divórcio, ao trabalho remunerado e ao voto (Duarte, 2003).

Com relação ao conteúdo do jornal *A Família*, abordava textos sobre a igualdade entre homens e mulheres, o direito ao voto feminino e a necessidade de ampliação da educação feminina. O periódico também apresentava críticas à Igreja Católica e às instituições públicas no que diz respeito à condição feminina, registrando os posicionamentos e as lutas das primeiras feministas no país (Freitas; Soares, 2018). Ademais, o jornal divulgava conquistas alcançadas por mulheres tanto no Brasil quanto em outros países, atualizando suas leitoras e estimulando-as por meio de bons exemplos (Souto, 2019). Desse modo, o periódico desempenhou um papel relevante na propagação de discursos feministas da época.

As páginas do jornal evidenciavam o engajamento de diversas mulheres comprometidas com a emancipação feminina, entre elas Anália Franco (1853-1919) e Ignez Sabino de Pinho Maia (1853-1911) (Azevedo, 16 jan. 1890, p. 1). Grande parte delas era composta por professoras que contribuíam com artigos de opinião pública, traduziam textos franceses relevantes para a causa feminista, redigiam contos e poemas, e destacavam personalidades femininas transgressoras (Oliveira, 2019). O

---

<sup>1</sup> Souto (2019, p. 127) destaca que, para Josephina Alvares de Azevedo (18 nov. 1888, p. 1), a emancipação significava “[...] ter igualdades de direitos, de acordo com as aptidões de cada um. Para ela, a única limitação imposta ao indivíduo, ao exercer atividades materiais e morais, era sua competência. Portanto, o sexo não impedia a mulher de tornar-se colaboradora do progresso social e de possuir os mesmos direitos que os homens”.

periódico também contava com colaboradoras internacionais, um aspecto singular em um período em que a circulação de informações era limitada até mesmo em âmbito nacional (Oliveira, 2019). De acordo com Oliveira (2019, p. 23), Josephina não objetivava apenas divulgar suas ideias, mas também incentivar as mães paulistanas a competirem com os homens em diferentes áreas profissionais, inspirando-se nas francesas e inglesas. Ao mesmo tempo, declarava taticamente que não tinha o intuito de promover um movimento ou uma luta. Assim, a proprietária do periódico articulou de forma estratégica a circulação de ideias feministas em prol da emancipação, desafiando as limitações impostas às mulheres.

Ainda no que se refere à educação voltada às mulheres, Josephina Alvares de Azevedo defendia a instrução feminina como elemento central para sua emancipação. Ao afirmar ser necessário “[...] banhar o espírito na luz da sciencia; mergulhar o pensamento na história; fazel-o surgir no direito”, a jornalista reivindicava uma formação ampla, historicamente reservada aos homens (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 2). Além disso, ao defender a necessidade de “[...] romper com o preconceito e com a estulice dos homens, que nos tem avassalado aos seus caprichos [...]”, a redatora criticava a estrutura patriarcal que mantém mulheres em posição de subordinação e legitima sua exclusão dos espaços de poder (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 2). Assim, ao defender a educação feminina, Josephina desafiava a ordem patriarcal, evidenciando que sua emancipação depende do acesso ao conhecimento e da transformação das estruturas que as subjugam.

Nessa perspectiva, Josephina criticava a noção de inferioridade feminina, questionando as concepções que fundamentavam a hierarquização entre os sexos no século XIX, comumente legitimadas por discursos científicos e morais ancorados na ordem patriarcal. Para Azevedo (18 nov. 1888, p. 1), a diferença sexual não se associa à desigualdade, visto que as distinções entre homens e mulheres não implicam menor capacidade ou valor social. Com isso, ela desloca o debate da biologia para o campo das relações de poder, legitimando a atuação feminina na esfera privada e pública. Em suas palavras:

Até hoje tem os homens mantido o falso e funesto principio de nossa inferioridade. Mas nós não somos a eles inferiores porque somos suas semelhantes, embora de sexo diverso. Temos, segundo a nossa natureza funções especiaes, como elles pela mesma razão as tem. Mas isso não é

razão de inferioridade, porque essa traz o animal na escala natural de suas aptidões. Portanto, em tudo devemos competir com os homens – no governo da família, como na direção do estado (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 1).

Todavia, esse deslocamento não implica uma ruptura plena com a divisão sexual dos espaços. Embora rejeite o princípio da inferioridade feminina, o discurso de Josephina preserva elementos normativos ao atribuir às mulheres o domínio do espaço privado. Assim, a redatora articula a presença feminina na esfera pública à experiência doméstica, concebendo o governo do lar como uma característica própria das mulheres. Esse entendimento pode ser observado na afirmação de Josephina:

As sociedades assentam suas bases sobre dois princípios cardeas: - o princípio da força e o princípio da ordem. O princípio da força é o homem, o princípio da ordem é a mulher. Assim pensando, até me parece que competenos de preferencia a direção da sociedade. Porque o homem é e foi sempre a negação da ordem, sem a qual não ha sociedade possível. E em abono desta opinião eu vos trarei um exemplo muito vulgar – o governo de uma casa. E raro o homem que sabe dirigi-la: Pois bem, ele que não é capaz de governar uma casa, que se compõe de algumas pessoas, como poderá governar um estado, que se compõe de muitas pessoas? (Azevedo, 18 nov. 1888, p. 1).

A partir dessa perspectiva, é possível perceber que Josephina transforma a experiência doméstica em um argumento para a participação feminina na vida pública, visando ampliar os papéis sociais das mulheres. Nesse esforço, a redatora produziu diversos textos defendendo a inserção feminina nas mais diversas áreas profissionais, como nas Academias e na direção do País (Souto, 2019). Para tanto, contava com o apoio da maioria de suas colaboradoras, entre elas Emiliana Moraes e Maria Clara Vilhena da Cunha.

Ademais, conforme Campoi (2023), o jornal *A Família* empregava diversas referências, como as de George Sand, Sarah Bernhardt, Sapho, Madame de Staël, além de homenagear mulheres como Louise Michel, Madame Roland e Joana d'Arc. O periódico também contava com seções diversas, que abrangiam desde receitas domésticas e dicas de beleza até piadas e anedotas, bem como a reprodução de elogios feitos por outros jornais e agradecimentos pelos novos assinantes. Ainda divulgava peças teatrais encenadas na Corte, o que gerava significativa repercussão.

Outra questão tratada por Josephina de Azevedo e suas colaboradoras foi a abolição da escravatura. Souto (2013) observa que, apesar de não ter dedicado muitas páginas ao tema, a redatora deixou evidente sua posição sobre o fato. Também

se empenhou em divulgar eventos em comemoração ao 13 de maio e em homenagear seus defensores, além de reconhecer a necessidade de inserir os ex-escravizados na sociedade pós-abolição, conforme destaca a historiadora. Tal posicionamento sugere que a redatora compreendia os impasses de seu tempo, evidenciando que apenas a libertação formal não era suficiente para alterar a exclusão histórica.

Com a Proclamação da República, esse entendimento sobre a atuação feminina na esfera pública passou a ser mobilizado na reivindicação do direito ao voto, e o jornal *A Família* passou a se posicionar como um importante instrumento de defesa do sufrágio feminino, publicando artigos que visibilizavam o debate acerca da participação das mulheres na vida pública. No que diz respeito ao direito ao voto feminino, Josephina de Azevedo (07 dez. 1889, p. 1) afirma: “Ainda mesmo (o que não admitto) que não tenhamos o direito de ser votadas, devemos possuir o de voto, isto é, o da livre e conscienciosa escolha d’aquelles que sejam chamados a reger os destinos da sociedade em que vivemos [...]”. Sendo assim, é possível observar que a imprensa comandada por mulheres atuou como um espaço de elaboração política e contestação das restrições impostas às mulheres. Ao reivindicar o direito ao voto, o jornal ampliava o debate público sobre a cidadania feminina, evidenciando as tensões entre os ideais republicanos e a permanência de práticas excludentes no novo regime. Assim, Josephina defendia o sufrágio feminino ao destacar a capacidade intelectual e moral das mulheres, contestando sua exclusão política, como mostra o trecho:

A mulher educada, instruída, em perfeito uso de suas faculdades mentaes, exercendo com criterio as suas funções na sociedade, é uma personalidade equilibrada, apta para discernir e competente para escolher entre duas idéas aquella que melhor convém. Não póde por conseguinte estar em pé de igualdade com os dementes, com os menores, com os imbecis. Assim sendo, é absurdo o principio de sua incapacidade eleeativa (Azevedo, 21 dez. 1889, p. 1).

Nesse cenário de transformações políticas e sociais, Josephina também produziu, em 1890, a peça teatral de comédia *O Voto Feminino*, apresentada no *Theatro Recreio Dramatico*, no Rio de Janeiro, que repercutiu internacionalmente, mais especificamente pelo jornal francês *Le droit des femmes* (Souto, 2013, 2019). Conforme afirma Souto-Maior (1995), a escrita da peça teve ligação com a recente implantação do regime republicano, em 1889, que propagava promessas de igualdade e ampliação de direitos políticos. No entanto, tais promessas mostravam-se limitadas,

visto que mantinham as mulheres excluídas do exercício da cidadania. Diante disso, a emancipação feminina ganhou maior visibilidade, principalmente em torno das reivindicações sufragistas.

Karawejczyk (2018, p. 326) afirma que, na peça, “o tema proposto pela autora é um embate entre homens e mulheres em que cada gênero defende seu ponto de vista” sobre a possibilidade de ampliação do voto às mulheres. A ação se desenvolve na residência de um homem rico, Anastácio, casado e pai de uma filha, e é impulsionada pela expectativa gerada a partir de uma consulta ao governo sobre a questão do sufrágio feminino. Josephina de Azevedo utilizou a consulta realizada ao ministro Alvim para organizar sua história, utilizando elementos do cotidiano para criticar o caso e expor seus argumentos em prol do voto feminino.

Essa produção teatral evidencia que o debate sobre o sufrágio feminino estava inserido nas discussões políticas do período republicano. Josephina de Azevedo baseou a narrativa em uma consulta feita ao poder público, aproximando a ficção da realidade. Ela buscou ressaltar as tensões e as expectativas em torno da ampliação dos direitos civis e as estruturas que limitavam a cidadania feminina. O confronto entre as figuras femininas e masculinas evidencia os argumentos favoráveis e contrários ao voto feminino, evidenciando as resistências institucionais e sociais à participação política das mulheres.

Assim, Josephina Alvares de Azevedo reivindicava a educação feminina, articulando-a à capacidade de exercer direitos e atuar na esfera pública, além de se posicionar em prol da causa abolicionista. Para ela, a emancipação feminina estava ligada à transformação do acesso à educação e ao reconhecimento da competência intelectual das mulheres. Além disso, a jornalista desafiou os limites impostos pelo novo regime republicano, antecipando argumentos que seriam retomados pelos movimentos feministas nas décadas seguintes (Marquioli, 2024), sendo considerada uma das pioneiras na defesa do direito ao voto e da cidadania das mulheres no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre gênero, educação e imprensa no século XIX mostra que o acesso feminino à leitura e à escrita representou a ampliação de habilidades culturais

e constituiu um processo político. Em um contexto no qual a educação feminina era limitada por normas que as confinavam ao espaço doméstico, negar-lhes instrução formal foi um artifício de manutenção da estrutura patriarcal, pois a exclusão do saber garantia a reprodução das hierarquias de poder e a naturalização da subordinação feminina.

Dessa forma, a inserção na cultura letrada ampliou horizontes e favoreceu a construção de uma consciência crítica sobre as desigualdades de gênero e dos discursos que a sustentavam. Nesse contexto, a imprensa feminista constituiu um espaço estratégico de circulação de ideias e de contestação das hierarquias que vinculavam o saber e a racionalidade ao masculino.

Nesse cenário, o jornal *A Família* mostra que o uso da escrita constituiu estratégia de reflexão voltada à emancipação feminina. Os textos deslocaram a diferença sexual da natureza para as relações de poder, criticando a desigualdade de direitos entre homens e mulheres e firmando-se como um relevante veículo de luta em prol do sufragismo. Ao mesmo tempo, ao utilizar elementos do espaço doméstico para legitimar a presença feminina na esfera pública, o periódico desafiou a ordem patriarcal, sem romper de forma disruptiva com as normas sociais daquele período.

Portanto, a imprensa feminista oitocentista refletiu debates sobre a condição feminina e atuou como ferramenta de contestação. Ao defender a inserção das mulheres como sujeitas de direitos no debate público, o jornal *A Família* colaborou para historicizar as disputas em relação à educação e cidadania no Brasil. Desse modo, o periódico desafiou os fundamentos patriarcais e antecipou as reivindicações que ganhariam maior projeção nos movimentos feministas do século XX.

## REFERÊNCIAS

ABRANTES, Elizabeth Sousa. “Mãe civilizadora”: a educação da mulher nos discursos feminista e antifeminista na Primeira República. In: XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA ANPUH-RJ, 2006, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro, 2006, p. 1-8. Disponível em: <https://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Elizabeth%20Sousa%20Abrantes.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ALMEIDA, Ana Maria Araujo de. Lívio de Castro e um outro olhar sobre a mulher no século XIX. In: XXIV Simpósio Nacional de História, 2007, São Leopoldo. *Anais [...]*.

São Leopoldo, 2007, p. 1-7. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564\\_c7bccb5ce56c07e9fab1bb8ca2a5077e.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210564_c7bccb5ce56c07e9fab1bb8ca2a5077e.pdf).

Acesso em: 26 jan. 2026.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. Rio de Janeiro, 07 de dezembro de 1889.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1890.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1889.

AZEVEDO, Josephina Alvares de. *A Família*. São Paulo, 18 de novembro de 1888.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O Jornal A Família e o debate sobre o voto feminino nos primeiros anos da República brasileira. *VEREDAS-Revista Interdisciplinar de Humanidades*, v. 6, n. 11, p. 4-19, 2023.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

COLLING, Ana Maria. *A cidadania da mulher brasileira: uma genealogia*. São Leopoldo: Oikos, 2021.

DUARTE, Constância Lima. A história possível: imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX. *Miscelânea: Revista de Literatura e Vida Social*, v. 24, p. 11-26, 2018.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos avançados*, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

DUARTE, Constância Lima. Imprensa e emancipação da mulher no Brasil no século XIX. *Caminhos da História*, v. 30, n. 1, p. 70-79, 2025.

FREITAS, Maria Helena de Almeida; SOARES, Mônica Almeida Rizzo. Josefina e o direito ao voto da mulher. In: AZEVEDO, Josefina Álvares de. *A mulher moderna: trabalhos de propaganda*. Brasília: Senado Federal, 2018.

KARAWCZYK, Mônica. Josefina Alvares de Azevedo e a peça teatral 'O Voto Feminino': a escrita como instrumento de luta. *Travessias*, v. 12, n. 1, p. 314-335, 2018.

LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. Tradução: Luiza Sella. São Paulo: Cultrix, 2019.

MARQUIOLI, Stefany Reis. “*Minha vocação é a política, mas não na minha terra*”: participação política feminina no Legislativo Municipal de Carangola (1992-2020). 2024. 108 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2024.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. *Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PIMENTA, Letícia Pereira; WAINBERG, Jacques Alkalai. Jornalismo e Feminismo: o engajamento intelectual de Josephina Álvares de Azevedo nos albores do século XIX. *Revista Cambiassu*, v. 14, n. 24, p. 164-177, 2019.

SANTOS, Gabriela Marcondes dos; FEITOSA, Lourdes Madalena Gazarini Conde. O papel educativo do jornal O Sexo Feminino (1873-1874) para a emancipação das mulheres em Campanha (MG). *Humanidades & Inovação*, v. 11, n. 1, p. 180-192, 2024.

SANTOS, Luana Dias dos; SILVA, Renata Cavazzana da. Cacos para um vitral: feminismos no Brasil do século XIX. *Revista Aedos*, v. 15, n. 33, p. 106-119, 2023.

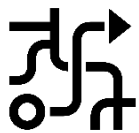
SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 5-22, 1995.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “*Senhoras do seu destino*”: Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Alvares de Azevedo – projetos de emancipação feminista, na imprensa brasileira (1873-1894). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Imprensa feminista no Brasil: mulheres oitocentistas em luta por direitos*. Curitiba: Appris, 2019.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. *Mulheres e imprensa no século XIX: projetos feministas no Rio de Janeiro e em Buenos Aires*. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O florete e a máscara: Josephina Alvares de Azevedo, dramaturga do século XIX*. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras – Literatura Brasileira e Teoria Literária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.



Recebido em 25/02/2026

Aprovado em 11/06/2026